

# A CIDADANIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: RELATO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE UMA PROFESSORA EM UMA APAE DO VALE DO ITAJAÍ

*The citizenship of the disabled person: report of the pedagogical practice of a teacher in an apae of the itajaí valley*

Graziela Boaszcyk Dalcastagner<sup>4</sup>  
Camila da Cunha Nunes<sup>5</sup>

Recebido em: 10 abr. 2018  
Aceito em: 24 jul. 2019

## RESUMO

Na educação regular como na educação especial é de suma importância a formação para a cidadania, visando o desenvolvimento de sujeitos críticos e responsáveis, que compreendam o seu papel na sociedade. Diante disso, o artigo ressalta a importância de dar visibilidade ao trabalho significativo que é realizado dentro das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Nesse sentido, o trabalho realizado pela docente na turma da Iniciação para o Trabalho buscou desenvolver habilidades práticas necessárias para o convívio em sociedade e também no trabalho, compreendendo que o trabalho não é o fim, mas um dos caminhos para a cidadania e para a inclusão da pessoa com deficiência no contexto social. A metodologia é resultante de uma prática pedagógica realizada na Instituição que buscou ver os sujeitos além das suas deficiências, respeitando desta forma, os ritmos e limitações de cada jovem. Diante disso, ressalta-se que nas vivências propostas para os estudantes com deficiência, buscou-se o rompimento das barreiras, desde as aulas teóricas em sala, como também os projetos com atividades práticas.

**Palavras-chave:** Pessoa com deficiência. Trabalho. Cidadania. Aprendizagem. APAE.

## ABSTRACT

In regular education as in special education, formation for citizenship is of paramount importance, targeting critical and responsible individuals who understand their role in society. Therefore, the article emphasizes the importance of giving visibility to the significant work that is done within the Associations of Parents and Friends of the Exceptional (APAE). In this sense, the work carried out by the teacher in the Initiation for Work group sought to develop practical skills necessary for living in society and also at work, understanding that work is not the end,

---

<sup>4</sup> Pedagoga pelo Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE). Pós graduanda em Especialização em Educação pela UNIFEBE. Mestranda em Educação pela Universidad de La Empresa (UDE). Atualmente professora na Rede Estadual de Santa Catarina e professora em uma escola privada de Brusque (SC). E-mail: grazidalcastagner@gmail.com

<sup>5</sup> Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Mestre em Educação e Mestre em Desenvolvimento Regional pela FURB. Professora titular no Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE). E-mail: camila.nunes@unifebe.edu.br

but rather the path to citizenship and inclusion of people with disabilities in the social context. The methodology is the result of a pedagogical practice performed at the institution that sought to see the subjects beyond their deficiencies, respecting in this way the rhythms and limitations of each young person. In view of this, it is emphasized that in the experiences proposed for students with disabilities, adaptation was sought, from theoretical classes in the classroom, as well as projects with practical activities.

**Keywords:** Disabled person. Job. Citizenship. Learning. APAE.

## INTRODUÇÃO

A concepção de cidadania se modifica ao longo da história. Registra-se aqui que entendemos o exercício da cidadania como sendo a ação onde o ser social é capaz de perceber que tudo que acontece no mundo, acontece com ele, logo, precisa ser ativo, capaz de transformar o mundo em benefício próprio e do coletivo. Possibilidade esta efetivada por meio da participação social garantida devido a posse de direitos civis, sociais e políticos (BRASIL, 1988) de cada cidadão.

Diante disso, verifica-se a necessidade de superar paradigmas e buscar na educação a formação para a cidadania e oportunizar, efetivamente, a participação das Pessoas com Deficiência (PcD), disponibilizando a essas o acesso ao trabalho, ao estudo, ao lazer, ao direito de ir e vir, a vida em sociedade, a própria cidadania. Garantindo um dos direitos sociais dos cidadãos, a educação, dever este do Estado de possibilitá-la e da família. Além disso, como preconizado na Constituição Federal (BRASIL, 1988) em seu artigo 205, “a educação, [...], será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da **cidadania** e sua qualificação para o **trabalho**” (grifo nosso).

O que demonstra que há uma relação e implicação direta entre educação, cidadania e trabalho. Sendo assim, ressalta-se que o acesso ao trabalho é caracterizado como condição primordial à cidadania de qualquer sujeito. Possibilitando desta forma, a autoestima, o acolhimento social e inclusive a sua dignidade.

Portanto, a temática abordada justifica-se na relevância da atividade laboral para o desenvolvimento da cidadania da PcD. Trata-se de um relato de experiência de uma prática pedagógica realizada dentro de uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) localizada na região do Vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina. A partir disso, tem-se como objetivo destacar a importância do trabalho realizado dentro das APAE, sendo este, fundamental para o desenvolvimento da cidadania das PcD.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos (BRASIL, 2008, p. 15).

Apesar de ser longínqua a preocupação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a relação entre PcD e o labor, manifesta por meio da aprovação de Recomendações (nº 99 de 1955; nº 168 de 1983; e nº 169 de 1984) e da Convenção nº 159 de 1983, no que se refere ao contexto catarinense e os cuidados da aplicabilidade das legislações, em 1978, a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) iniciou uma caminhada em direção à inclusão da PcD no mercado de trabalho.

Além dessas iniciativas, em 1991 é promulgada a Lei nº 8.213 (BRASIL, 1991), que em seu artigo 93 dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência, aspecto esse que institui a obrigatoriedade as empresas, e permite cada vez mais o acesso das PcD ao mercado de trabalho. Conforme disposto no artigo 93:

A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I - até 200 empregados: 2%; II - de 201 a 500: 3%; III - de 501 a 1.000: 4%; IV - de 1.001 em diante: 5% (BRASIL, 1991).

Estas e outras legislações asseguraram as PcD o desenvolvimento de um contexto inclusivo, sobretudo educacional, “[...] visando sua efetiva integração na vida em sociedade. Aliado a isso, estipulou as condições para o atendimento dos que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins” (BRASIL, 2000, p. 15), pois “independentemente do tipo de deficiência que a pessoa apresenta, bem como do grau de seu comprometimento, esta tem o direito imediato de viver e de trabalhar no espaço comum da vida em sociedade” (BRASIL, 2000, p. 22). A partir disso, baseada legalmente, a APAE iniciou trabalhos voltados à colocação das PcD no mercado de trabalho que se materializam até os dias de hoje.

O presente artigo está apresentado, além desta introdução, nas seguintes seções e subseções: Caminhos percorridos e resultados; Características da turma de iniciação para o trabalho; Aplicação da proposta com os estudantes; A avaliação como ferramenta fundamental para a aprendizagem; Autoavaliação da docente; e, por fim, as Considerações finais.

## **CAMINHOS PERCORRIDOS E RESULTADOS**

Visando desenvolver atividades voltadas a colocação da PcD no mercado de trabalho, elaborou-se a proposta “A cidadania da Pessoa com Deficiência”, em uma APAE localizada na região do Vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina, onde por meio desta proposta os estudantes desenvolvem habilidades funcionais, ou seja, que irão utilizar futuramente em seu local de trabalho e no seu dia a dia, sendo elas, o trabalho em equipe, a cooperação, a solidariedade, o respeito, a responsabilidade, o sistema monetário, a pontualidade, os números e quantidade, entre outros.

Nessa perspectiva, observou-se que os estudantes possuíam dificuldades para se relacionar e interagir, bem como a respeitar regras, comandos, relacionar números com quantidade, e compreender o que é o sistema monetário. Diante dessas dificuldades apresentadas pelos estudantes, iniciaram-se atividades voltadas a trabalhar essas habilidades, considerando as possibilidades, ritmos e dificuldades de cada um, compreendendo que cada sujeito é capaz e único, e que a aprendizagem ocorre por meio da construção do conhecimento e de vivências significativas e não somente pela transmissão de informações. A proposta, “A cidadania da Pessoa com Deficiência” visa o desenvolvimento integral do estudante em prol de sua qualidade de vida, tendo em vista a inserção no trabalho e na sociedade, compreendendo que a inclusão da PcD no trabalho é um meio para sua formação como cidadão.

Para promover o crescimento significativo de cada estudante, esta proposta tem como base o Currículo Funcional Natural, que tem o intuito de desenvolver habilidades que levem “[...] as crianças a atuarem da melhor forma possível dentro do seu ambiente tornando-as mais independentes e criativas” (SUPLINO, 2005, p. 32). Sendo assim, visa desenvolver as habilidades funcionais que são possíveis de serem utilizadas posteriormente, sendo essas úteis para a vida da pessoa com deficiência. Mais precisamente,

a palavra funcional se refere à maneira como os objetivos educacionais são escolhidos para o aluno enfatizando que aquilo que ele vai aprender tenha utilidade para sua vida a curto ou a médio prazo. A palavra natural diz respeito aos procedimentos de ensino, ambiente e materiais os quais deverão ser o mais semelhantes possível aos que encontramos no mundo real (LEBLANC apud SUPLINIO, 2005, p. 33).

Faz-se necessário ressaltar que “[...] os objetivos centrais da aplicação do Currículo Funcional Natural são tornar o aluno mais independente e produtivo e também mais aceito socialmente” (LEBLANC, 1992 apud SUPLINIO, 2005, p. 33). Salienta-se que por meio da proposta “A Cidadania da Pessoa com Deficiência” é possível aprimorar a independência dos estudantes, a autoestima, a qualidade de vida, a formação para a cidadania, bem como as suas habilidades, conhecimentos monetários, regras de convivência, interação e também a própria inclusão no meio social e do trabalho.

Outro conteúdo curricular utilizado na proposta é os Temas Transversais que estão presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), que compreendem seis áreas, dentre essas, escolheu-se duas a serem trabalhadas na respectiva proposta: Ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade) e Trabalho (relações de trabalho, direitos humanos, cidadania). Ressalta-se a importância da proposta fundamentada nos Temas Transversais, pois eles se caracterizam em temáticas sociais, sendo elas fundamentais para a formação de um cidadão consciente e crítico capaz de para a participação social efetiva. Desta forma, trabalhar os Temas Transversais é aprender sobre a realidade, preocupando-se em transformá-la, visando nesse sentido, o desenvolvimento da cidadania dos sujeitos com deficiência por meio da inserção no mercado de trabalho, em prol da inclusão social.

Neste sentido, dentro da proposta “A cidadania da Pessoa com Deficiência”, as atividades foram desenvolvidas com a turma de Iniciação Para o Trabalho que visa por meio de práticas pedagógicas possibilitarem o acesso à formação profissional e ao mundo de trabalho definindo-se as habilidades e competências que os estudantes deveriam desenvolver para atuação no ambiente laboral. Para exposição de como foi realizada, apresentaremos primeiramente as características da turma de iniciação para o trabalho; em seguida, a aplicação da proposta com os estudantes; a avaliação da ação realizada como ferramenta fundamental para a aprendizagem; e, por fim, a avaliação da docente que desenvolveu a prática pedagógica.

## **CARACTERÍSTICAS DA TURMA DE INICIAÇÃO PARA O TRABALHO**

Segundo a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), a turma de Iniciação Para o Trabalho é caracterizada por uma “Etapa destinada à avaliação e pesquisas de competências dos usuários, a partir do levantamento das potencialidades, interesses profissionais e nível acadêmico, visando identificar os apoios necessários para qualificação profissional” (FCEE, 2018).

Ressalta-se que a turma Iniciação Para o Trabalho em que foi realizada a prática pedagógica, é composta por estudantes que possuem a Deficiência Intelectual (DI). Nesse sentido, a DI caracteriza-se por:

[...] registrar um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação; cuidados pessoais; habilidades sociais; desempenho na família e comunidade; independência na locomoção; saúde e segurança; desempenho escolar; lazer e trabalho (BRASIL, 2003, p. 29).

Diante disso, sinaliza-se que todas as propostas das aulas foram adaptadas para que os estudantes participassem, interagissem, refletissem e o principal, que cada um aprendesse de forma significativa, visando sua formação integral. Por isso, as aulas eram adaptadas e utilizadas várias estratégias de ensino e instrumentos como vídeos, visitas técnicas, figuras, músicas e exemplos práticos, que facilitavam o entendimento dos estudantes.

“As adequações curriculares apoiam-se nesses pressupostos para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, objetivando estabelecer uma relação harmônica entre essas necessidades e a programação curricular” (BRASIL, 2003, p. 34-35). Estão focalizadas, em garantir a interação necessária entre as necessidades do estudante a partir das especificidades de cada deficiência e as respostas educacionais a serem propiciadas (BRASIL, 2003). As adequações, geralmente, de caráter organizacional, relativas aos objetivos e conteúdos, e quanto aos procedimentos didáticos e nas atividades, foram realizadas ao longo da proposta para propiciar um melhor aprendizado e poderão ser visualizadas a seguir.

## **APLICAÇÃO DA PROPOSTA COM OS ESTUDANTES**

A prática pedagógica foi organizada e realizada em 4 etapas que denominaremos de (1) Diagnóstico e localização do mercado de trabalho; (2) Profissões; (3) Vivenciando na prática; (4) Produção e Venda. Na 1ª Etapa – Diagnóstico e localização do mercado de trabalho, iniciou-se com os estudantes primeiramente um levantamento de conhecimentos prévios, sobre o que é trabalhar? O que pensam sobre o trabalho? Como ocorre o processo de contratação de uma pessoa para trabalhar? Quais documentos precisam-se adquirir para iniciar em uma empresa? Quais os benefícios da carteira de trabalho? Dentre outros questionamentos que objetivavam a aproximação à temática. Em seguida, realizou-se rodas de conversas, diálogos, debates, dinâmicas, aula expositivas que os estudantes interagiam, e também aulas com vídeos, imagens que nos ajudaram a compreender de uma forma mais significativa os assuntos trabalhados.

Nesses momentos trabalhou-se com os estudantes o que é a vida no mercado de trabalho, e também os conceitos de respeito, cooperação, trabalho em equipe, pontualidade, solidariedade, disposição, honestidade e empatia. Nas rodas de conversas, os vídeos muitas vezes facilitavam a compreensão sobre cada tema trabalhado, e após isso, realizavam-se diálogos sobre o que os estudantes assistiam, sendo que, os mesmos realizam reflexões. Após isso, os mesmos também expunham suas opiniões, levando em consideração a importância desses aspectos para a vida no mercado de trabalho, e principalmente para sua inclusão na sociedade.

Dando continuidade, na 2ª etapa – Profissões, iniciou-se um trabalho voltado às profissões. Primeiramente a professora questionou aos estudantes sobre quais as profissões que eles mais se interessavam, e eles relataram, (i) bombeiro, (ii) policial, (iii) professor, (iv) farmacêutico, (v) empacotador de supermercado, entre outras. A partir dos relatos, iniciaram-se novas rodas de conversas, diálogos e aulas expositivas, trazendo a cada semana uma profissão a ser apresentada. Nesse sentido, a conversa iniciava a partir de indagações que a professora realizava, como: o que vocês sabem sobre essa profissão? Precisa fazer faculdade ou curso para atuar nessa profissão? É necessário trabalhar em equipe e respeitar o seu colega de trabalho? Etc.

Após a resposta dos estudantes iniciavam-se as aulas, por meio da reflexão e diálogo. Em seguida, vídeos explicativos sobre as profissões eram disponibilizados, e complementados com as falas da professora, sendo assim, os que possuíam dificuldades para compreender através da verbalização devido às deficiências, conseguiam entender por meio da visualização dos vídeos. Para tornar a aprendizagem mais significativa, ao finalizar uma profissão na parte teórica (em sala), os estudantes juntamente com a professora, iam ao local onde esta profissão atua. Por exemplo, quando aprenderam a profissão bombeiro, bem como, as habilidades e aspectos importantes dessa profissão, foram até o quartel da cidade acompanhados pela professora, lá puderam conhecer o dia a dia dos bombeiros, visualizar o caminhão, as ferramentas, como que funcionam os atendimentos e os procedimentos que os bombeiros realizam, entre outros aspectos que fazem parte da profissão.

Realizaram-se as visitas técnicas com intuito de conhecerem realmente a realidade no mercado de trabalho. Nesse sentido, destaca-se que os estudantes conheceram o quartel de bombeiros, a delegacia de polícia, o supermercado, farmácia e também uma empresa têxtil. Por fim, observa-se que os estudantes compreenderam e obtiveram mais conhecimentos com essas vivências, assim confrontando a parte teórica com a experiência de conhecer o local de trabalho de cada profissão.

Na 3ª Etapa – Vivenciando na prática, ocorrida em junho de 2017, dando continuidade a formação para a inserção no mercado de trabalho, foram submetidos dois projetos (i) Oficina de Lavação de Carros; e (ii) Cozinheiros Especiais, ao Edital do Fundo de Infância e Adolescência (FIA) do município, os mesmos foram contemplados, sendo assim, a Instituição recebeu fundos para estar realizando os referidos projetos. O projeto (i) Oficina de Lavação de Carros, teve como objetivo geral, desenvolver habilidades práticas, visando o aprimoramento da independência e de atribuições necessárias para sua vivência em sociedade através do trabalho, por meio da dignidade e desenvolvimento da cidadania; já o (ii) Cozinheiros

Especiais, teve como objetivo geral desenvolver habilidades práticas de vida diária através da oficina de culinária, com a finalidade de promover a independência, a socialização e a inclusão.

Em julho iniciou-se as atividades práticas dos projetos, que foram realizadas até o mês de novembro de 2017. Por meio desses cursos, colocou-se em prática toda a parte teórica trabalhada em sala de aula, por exemplo, o seguimento de regras e comandos, a cooperação, o trabalho em equipe, o respeito com o outro, compreendendo a limitação do colega, e entendo que cada um é capaz de realizar ações, independente de sua deficiência, pois todos possuem qualidades e dificuldades. Esses cursos foram verdadeiros aliados, que auxiliaram significativamente o desenvolvimento de forma integral, visando à formação dos mesmos para o exercício da cidadania.

Ressalta-se que na Oficina de Lavação de Carros, obteve-se a participação efetiva da comunidade escolar e dos pais, pois foi sorteado lavações de carros para os profissionais da APAE e também para os pais dos estudantes. Sendo que, as lavações sorteadas foram realizadas pelos estudantes. Na Oficina de Culinária, realizou um coquetel para receber os pais dos estudantes na Instituição, e os mesmos, puderam verificar o quanto que os estudantes se desenvolveram e que são capazes de realizar as ações, atividades e trabalhar, basta acreditarmos.

Ainda, no decorrer do ano, foi realizada uma 4ª etapa na mesma proposta da 3ª etapa, (iv) Produção e Venda, realizado por meio do projeto Receita, onde os estudantes elaboraram uma vez ao mês uma receita, e vendiam a mesma. Nesse projeto, trabalhou-se a questão da independência, bem como a cooperação e também a autonomia, de estar manuseando os utensílios de cozinha, pois como eles possuem limitações, muitas das vezes, em casa os pais superprotegem e não disponibilizam essas tarefas ou deixam realizá-las, como por exemplo, preparar um sanduíche.

Após a venda da receita, realizaram-se os cálculos referentes ao valor gasto e o lucro obtido. Os estudantes faziam toda a contagem, muitos deles não reconheciam as notas/valor de dinheiro, desta forma, foi um trabalho que pouco a pouco os estudantes foram reconhecendo e relacionando as notas com quantidade. Também, dentro desse projeto, realizaram-se as contagens referentes à quantidade de ingredientes que iria precisar para a realização da receita, por exemplo, a quantidade de fatias de pães integrais, que necessitava para o sanduíche natural, entre outros. Além disso, somavam-se quantos sanduíches, por exemplo, foi vendido naquele dia, valor gasto e o lucro que a turma obteve. Os valores adquiridos com o Projeto Receita foram destinados a passeios, sendo que por meio destes, proporcionava-se a inclusão social dos estudantes com deficiência.

## **A AVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA FUNDAMENTAL PARA A APRENDIZAGEM**

Desde o plano de ensino, como os objetivos elencados, os critérios de avaliação estabelecidos e todo o processo de avaliação, foram realizados por meio de observações e de registros. No decorrer do processo de ensino e aprendizagem, buscou-se promover o desenvolvimento do estudante, pois ele é o protagonista da prática pedagógica do profissional docente. Por isso, a professora considera a avaliação um processo contínuo e integrador, que visa à aprendizagem de qualidade, entendendo que este processo é dinâmico e fundamental para o desenvolvimento efetivo do sujeito. Seguindo nessa perspectiva, inicialmente realizou-se uma avaliação diagnóstica, para perceber quais os conhecimentos prévios que possuíam. A partir disso, iniciaram-se as atividades.

Com a avaliação diagnóstica percebeu-se que possuíam dificuldades para se relacionar, principalmente para trabalhar em equipe e respeitar o colega, ou seja, quando determinado colega de turma não conseguia realizar alguma atividade, os outros da turma debochavam. Percebeu-se também que em relação ao sistema monetário, eles não conheciam, tinham dificuldades de reconhecer a nota e qual o seu valor (quantidade). Após essa avaliação diagnóstica, realizaram-se os planos de ensino com as atividades mencionadas anteriormente. No decorrer das aulas ministradas, dos diálogos, das rodas de conversa, observaram-se as respostas e ações dos estudantes, e estas foram registradas.

No processo de ensino e aprendizagem, utilizou-se a avaliação formativa, sendo esta utilizada em todo o percurso do processo de ensino e aprendizagem, bem como, na sua preparação para a inserção no mercado de trabalho e inclusão na social. Por meio da avaliação formativa, foi identificado onde tinham dificuldades, e após percebê-las, foram criadas estratégias para que cada estudante aprendesse de forma significativa e com qualidade, buscando desta forma, a efetiva aprendizagem e não somente o cumprimento do plano de aula. Os critérios utilizados foram os objetivos elencados na proposta e também os próprios critérios estabelecidos pela (FCEE). Os instrumentos utilizados para realizar a avaliação foram o notebook, celular (para filmar e fotografar), caderno, lápis e caneta.

Por meio do curso Oficina de Lavação de Carros e Oficina Culinária (parte prática), a aprendizagem ocorreu de forma significativa, pois puderam colocar em prática o que foi desenvolvido em sala, desta forma, a aprendizagem se tornou contextualizada com a realidade vivenciada, sendo assim, os estudantes com DI puderam efetivamente aprender. Por fim, ressalta-se que todas as atividades realizadas foram adaptadas considerando as limitações e

ritmos de cada sujeito, buscando assim um bom desenvolvimento para atingir os objetivos propostos, visando à formação de um cidadão crítico e responsável.

Verifica-se que os estudantes atingiram os objetivos propostos, pois ao final de cada atividade, estavam trabalhando em equipe, um ajudando o outro, visualizando o colega como um sujeito que possui qualidades, que são diferentes e únicas. Identificou-se também, que em relação ao sistema monetário, número e quantidade, puderam reconhecer e relacionar atingindo mais um objetivo proposto. Em relação a sua inserção no mercado de trabalho e na sociedade, conseguiu-se atingir por meio das visitas técnicas. Os comandos e as regras ficaram mais claras, pois por meio das atividades práticas, pode-se conversar e explicar que é importante as regras, elas são necessárias em qualquer lugar, desde o ambiente familiar até no local de trabalho.

Outros aspectos relevantes conquistados com a proposta “A Cidadania da Pessoa com Deficiência” foi a melhoria da autoestima, pois perceberam que possuem qualidades, e acima de tudo reconheceram o seu potencial. Vale ressaltar que a frequência dos estudantes aumentou, pois quando os mesmos não participavam desta proposta a sua frequência, segundo os registros da Instituição, eram bem baixas, e após o início das atividades, participaram com disposição nas atividades efetuadas.

Por fim, afirma-se que foi uma proposta extensa, porém muito significativa, na qual os estudantes se desenvolveram, aprenderam e obtiveram maturidade para compreender aspectos importantes e necessários para exercer a cidadania. Vale ressaltar que os pais e comunidade escolar (professores e profissionais) perceberam desenvolvimento dos estudantes, sendo este, um trabalho que ultrapassou os muros da escola, levando assim, ensinamentos para a vida em sociedade.

## **AUTOAVALIAÇÃO DA DOCENTE**

Por meio do trabalho realizado, a docente pode refletir sobre sua prática pedagógica, seu plano de ensino, as estratégias e, principalmente, a forma de avaliar no contexto educacional, pois observa-se que, muitas vezes, as ações são classificadas por notas e conceitos, que os aspectos quantitativos se sobressaem sobre os qualitativos, sem olhar para o estudante como um ser humano que está em constante aprendizagem. Segundo o relato da docente, a mesma percebeu que o que modificou a sua prática pedagógica com a realização desta proposta é a forma de como avalia o outro, buscando suas qualidades, criando estratégias significativas para o aprendizado, percebendo-o como um sujeito histórico que merece respeito ao seu tempo de aprendizagem e ritmo.

## CONSIDERAÇÕES

O tema cidadania tem grande relevância no âmbito educacional, pois este é amparado por lei e documentos educacionais brasileiros. Diante disso, verifica-se que os sujeitos com deficiência puderam aprender de forma significativa no decorrer da proposta, pois foi visto neles e por eles, suas qualidades e potencialidades sem classificá-los, apenas olhando para eles como seres humanos em desenvolvimento e que possuem qualidades e habilidades a serem desenvolvidas. Por meio da avaliação formativa, a docente pode acompanhar os estudantes, percebendo as suas dificuldades, e assim, buscando estratégias para os que os mesmos aprendessem cada um no seu ritmo e também considerando suas limitações.

Este artigo oportunizou por meio da reflexão visualizar a importância do trabalho realizado dentro das APAE, sendo necessário dar visibilidade para esta prática pedagógica que conseguiu desenvolver de forma significativa as habilidades dos estudantes. Com a finalização deste artigo, busca-se que os educadores compreendam a importância do trabalho pedagógico realizado dentro das Instituições de Educação Especial, e que os mesmos, a partir deste relato, percebam que todo ser humano tem algo a ser desenvolvido, a ser aprendido, basta acreditar-se e buscar estratégias que promovam a construção do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#). **Diário Oficial da União**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 jul. 1991, Seção 1, p. 14809.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais. **Oficinas Pedagógicas: Um espaço para o desenvolvimento de competências e habilidades na educação profissional**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000455.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000428.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

Fundação Catarinense de Educação Especial. **CENET – Centro de Educação e Trabalho**. Disponível em: <<http://www.fcee.sc.gov.br/index.php/centros-de-atendimento/cenet>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

SUPLINO, Maryse. **Currículo Funcional Natural**: Guia prático para a educação na área de autismo e deficiência mental. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Maceió: ASSISTA, 2005. Disponível em: <[http://feapaesp.org.br/material\\_download/566\\_Livro%20Maryse%20Suplyno%20-%20Curriculo%20Funcional%20Natural.pdf](http://feapaesp.org.br/material_download/566_Livro%20Maryse%20Suplyno%20-%20Curriculo%20Funcional%20Natural.pdf)>. Acesso em: 7 jul. 2018.